PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
GABINETE DA SECRETÁRIA

OF. N° 487/2024/GAB/SECULT

Linhares (ES), 02 de dezembro de 2024.

A
CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES (ES)
Gabinete do Presidente

Assunto: Resposta ao *Ofício de Proposições n° 2765* – Processo n° 7.723/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Wellington Vicentini

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para respondê-lo, em referência a proposição do Vereador *Messias Caliman*, quanto à informações sobre reforma do *Farol de Regência*.

Inicialmente, devemos evidenciar que o citado bem cultural foi tombado pelo Governo do Estado do Espírito Santo como patrimônio histórico estadual.

O tombamento patrimonial é um ato administrativo do poder público que visa proteger bens de valor histórico, cultural, ambiental, arquitetônico ou afetivo para a população. O tombamento pode ser realizado por órgãos federais, estaduais ou municipais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. o Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Releva destacar que, legalmente, ao proprietário cabe conservar e reparar o bem tombado em suas características culturais, decorre daí que o zelo, a manutenção, a que se refere o Decreto-lei n° 25/1937 de um imóvel tombado que sirva de moradia ou comércio, em seus atributos ordinários de utilidade, cabe ao seu titular, independentemente da atuação do Poder Público.

Da doutrina temos o ensinamento nesse sentido, veja-se, *in litteris*:

> O tombamento, conforme previsto no Decreto-lei 25/37, impõe ao proprietário da coisa tombada, seja ela móvel ou imóvel, obrigação de conservação, condicionando, sobretudo seu uso adequado e a obrigação de zelar por suas características culturais. Impõe aos prédios vizinhos, em função da coisa imóvel tombada, a obrigação de uso adequado de sua propriedade de modo a não prejudicar a ambiência do bem tombado. Traduz-se, por isso, o tombamento numa limitação de uso, acoplado a uma obrigação de fazer – a conservação da coisa. (RABELLO, 2009, p. 139)

Verificando o arquivo histórico restou evidenciado que o farol foi construído pela *Marinha do Brasil* e instalado mar a dentro, em 15 de novero de 1895, para sua finalidade precípua.

A Associação de Moradores do Regência, em 1998, solicita o tombamento do bem ao Governo do ES, fundamentando no receio da *Marinha do Brasil* fazer a derrubada do bem e sua substituição. Tombamento esse que foi realizado.

Desta forma, resta evidenciado que o proprietário do bem é a *Marinha do Brasil* e o tombamento do bem pertence ao *Governo do Estado do Espírito Santo*, cabendo a eles a preservação do bem de seu propriedade e interesse público. Diante de tais apontamentos, dica notabilizado a impossibilidade legal deste ente municipal realizar ações diretas no *Farol de Regência*, conforme fundamentos acima.

Sem mais para o momento e acreditando ter respondido ao que fora demandado pelo Ilustre Vereador Proponente, ao tempo que nos subscrevemos.

Atenciosamente,

JUSSARA CARVALHO DE OLIVEIRA:57663173791

Assinado de forma digital por JUSSARA CARVALHO DE OLIVEIRA:57663173791
Dados: 2024.12.03 15:08:50 -03'00'

JUSSARA CARVALHO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Cultura e Turismo
Decreto n° 818/2024